

TÍTULO DO TRABALHO			
O PCB FRENTE AOS CONFLITOS DE CLASSE E A REORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES (1979-1985)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Paulo Winícius Teixeira de Paula	Escola Dirce Machado	EDM	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este trabalho tem como foco a luta de classes e a organização dos trabalhadores no período de redemocratização e distensão do regime militar brasileiro, em consonância com a implementação da auto reforma da dominação burguesa no Brasil. Nosso objetivo é investigar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre 1980 e 1985, e pensar o porquê da estratégia do PCB – de enxergar tarefas em comum entre trabalhadores e burgueses para a modernização capitalista do Brasil – ter levado o partido a crises internas, decréscimo no movimento de massas e sucesso no campo institucional, com a manutenção de sua visão pluriclassista, nacional e democrática. Investigamos de que maneira o PCB, absorvido por uma lógica de politicismo e transformismo, lidava com questões latentes, como a dúbia relação entre a aposta na institucionalidade e sua atuação no movimento social, dilema entre propor um diálogo com toda a nação mas ainda sustentar símbolos e uma tradição de partido da classe operária.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
luta de classes; partido; transformismo;			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This work focuses on the period of democratization and distension of the Brazilian military regime, in line with the implementation of self-reform of bourgeois rule in Brazil. You need to think about why the strategy of the PCB - see the common tasks between workers and bourgeois in the capitalist modernization of Brazil - have led the party to internal crises, decrease in the mass movement and success in the institutional field, with the maintenance of their pluriclassista vision, national and democratic. Investigate how the PCB, between 1980 and 1985, dealing with underlying issues such as the dubious relationship between the focus on institutions and their role in the social movement, dilemma between proposing a dialogue with the whole nation but still sustain symbols and a tradition of working class party.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Class Struggle ; Party; Transformismo.			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

O PCB FRENTE AOS CONFLITOS DE CLASSE E A REORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES (1979-1985)

Paulo Winícius Teixeira de Paula¹

Apresentamos aqui um debate atual sobre o período de redemocratização e distensão do regime militar brasileiro, em consonância com a implementação da auto-reforma da dominação burguesa no Brasil. Cremos ser necessária uma contínua produção historiográfica, isto é, ler e reler esse contexto com a intenção de produzir outras leituras sobre o período de redemocratização do país, bem como das conseqüentes influências de tais fatos sobre uma das organizações partidárias mais antigas e presentes na história do país: o PCB – Partido Comunista Brasileiro.

Tal abordagem se faz importante e atual ao trazer à tona diferentes visões políticas, ideológicas e partidárias em um debate público sobre um tema que não se esgotou: a viabilidade da superação estratégica do capitalismo e as opções e possibilidades de organização das classes sociais.

O presente trabalho tem o intuito de abordar o PCB prioritariamente através do seu informativo, o *Voz da Unidade*. É necessário pensar o porquê da estratégia do PCB – de enxergar tarefas em comum entre trabalhadores e burgueses para a modernização capitalista do Brasil – ter levado o partido a crises internas, decréscimo no movimento de massas e sucesso no campo institucional, com a manutenção de sua visão pluriclassista, nacional e democrática.

Os efeitos da estratégia pecebista entre os anos de 1980 e 1985 são abordados para apontar algumas razões de um PCB que, buscando a legalidade, conta com reconhecimento institucional, mas se apresenta fragilizado organicamente. Percorremos os caminhos que levam à manutenção de uma estratégia nacional e democrática, com poucas possibilidades de lastro com a realidade, e à defesa de uma aliança com a burguesia em um momento em que a subordinação internacional ao capital atingia um estágio irreversível. Os desdobramentos táticos de tal estratégia colocariam o PCB na contramão do movimento operário e social: contra greves, contra a fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, e ao lado de representantes do capital nas eleições.

Outro efeito de sua compreensão teórica, sobre o qual nos debruçamos, foi a participação subordinada em frentes amplas e pluriclassistas, sem condições de afirmar a autonomia de um programa da classe trabalhadora e seus interesses. A opção tática pela negociação, em detrimento da iniciativa política, e a canalização das lutas sociais e conflitos sempre para o campo de uma

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

institucionalidade muito controlada pelas classes dominantes, jogava o PCB para uma posição de apassivamento, colocando o partido como agente construtor e defensor de uma nova autocracia burguesa reformada.

A crise da primeira metade dos anos 1980 assume, para o PCB, um caráter autofágico, estrutural e orgânico que não havia assumido em suas crises anteriores. Se antes era possível encobrir suas crises, ou adiá-las com soluções políticas, tal qual no final da década de 1950, a partir de então a defasagem e o anacronismo de seu programa político seriam indisfarçáveis frente à nova realidade. Em 1956, quando ocorreu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o primeiro desde a morte de Stálin, o então líder soviético Nikita Krushev apresentou um relatório que causaria impactos em todo movimento comunista internacional, criticando práticas do governo de Stálin vinculadas ao culto à personalidade, mandonismo, burocratismo, violência e corrupção. O documento iria gerar uma crise no PCB, com desdobramentos que levariam à saída de alguns militantes que propunham um partido mais aberto, e a revisão de conceitos do marxismo-leninismo, como Osvaldo Peralva e Agildo Barata, e, ainda, a destituição de outros dirigentes históricos, como João Amazonas, Maurício Grabóis e Diógenes Arruda, identificados como próximos da linha stalinista, que viriam a fundar o PC do B – Partido Comunista do Brasil, em 1962. Tal crise foi resolvida com uma recomposição da direção do partido, na qual ascenderam a postos centrais da direção militantes como Giocondo Dias, Carlos Mariguella, Mário Alves e Jacob Gorender, preservando a figura mítica de Luiz Carlos Prestes, que se manteve na Secretaria Geral. Por mais grave que tenha sido tal crise, ela não diminuiu a presença do PCB na sociedade e nos movimentos de massa e tampouco ameaçou sua hegemonia como principal organização de esquerda da época (MENEZES, 2002, p. 79-95).

De outra maneira, temos consequências mais profundas durante a primeira metade da década de 1980, quando se aprofunda uma tendência ao anacronismo e à burocratização. As teses do PCB, descoladas da realidade, não captavam os efeitos do intenso desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em especial entre os anos de 1968 e 1973, e a nova composição e desenvolvimento das classes no Brasil. Somava-se a isso seu vínculo com as ideias e políticas internacionais cada vez mais burocratizadas e autoritárias da União Soviética, o impacto de anos e anos de uma experiência socialista que passava a adotar cada vez mais políticas econômicas liberais, práticas de conciliação de classes e a ideia de coexistência pacífica entre capitalistas e socialistas. Além disso, nesse mesmo período, temos um enfraquecimento do horizonte socialista a nível mundial.

O PCB aferrava-se e aprofundava seus problemas mirando uma solução no campo pluriclassista. Mesmo com o pleno desenvolvimento capitalista explícito a todos, e sendo muito difícil argumentar que havia entraves a esse desenvolvimento que chegasse a justificar uma aliança entre burguesia e proletariado, mesmo o aspecto econômico já estando plenamente desenvolvido, o

partido ainda procurava encontrar e defender medidas para um desenvolvimento capitalista nacional autônomo. Somava-se a isso o que o partido assimilou das ideias dos renovadores eurocomunistas, afirmando outro campo comum de interesses entre capitalistas e trabalhadores, que seria agora o pleno desenvolvimento do aspecto político do sistema. Seria colocar a superestrutura para acompanhar os avanços estruturais, instituir uma “república” de verdade e o socialismo através de uma democracia de massas.

Dentre as razões e fenômenos que são encarados como elementos que contribuíram para o enfraquecimento do PCB como ator político relevante e representativo da classe trabalhadora vários deles se apresentam com intensidade entre 1980 e 1985. Dentre as várias hipóteses acerca das razões do declínio do PCB no movimento de massas, trabalhamos e investigamos as seguintes: de que o partido sucumbiu à nova forma de institucionalização autoritária reformada; de que se afastou da centralidade política dos trabalhadores, ao optar pela aliança preferencial com a burguesia e não com o movimento; de que o partido sofreu influência da política reformista e de colaboração de classes, imposta pela União Soviética; de que o partido absorveu as teses eurocomunistas de uma parte do movimento comunista internacional. Tudo isso, integrado à sua leitura do caráter nacional e democrático da revolução brasileira, do desenvolvimento do capitalismo e do papel das classes sociais. Trabalhamos e estabelecemos a problematização a partir dos elementos oferecidos pelas fontes, com todas essas possibilidades e visões, e refletindo, em especial, sobre a tarefa que os comunistas arrogaram para si no período pós-anistia e retorno de seus dirigentes: encampar a luta democrática e nacional que antes havia sido nacional e democrática.

No caminho da pesquisa, a partir da contribuição de David Maciel (2012), ao utilizar o método das situações e relações de força, optamos por balancear e integrar dialeticamente o que o partido diz de si mesmo nas páginas do jornal, as contradições possíveis de serem captadas nas seções de carta ao leitor, artigos e entrevistas; e também os referenciais teóricos e bibliografias acerca dos temas tratados. Pensar o peso das estruturas, articuladas às possibilidades de ação das classes, grupos e indivíduos na conjuntura:

O método das situações e correlações de força permite compreender não só como os diversos atores políticos se colocam na arena da disputa política baseados em instrumentos e estruturas construídos historicamente, com uma dinâmica de funcionamento estável e em certa medida rotineira. Permite compreender também como os atores políticos possuem vínculos com as classes e grupos sociais, baseados em mecanismos de representação que aparecem em projetos, discursos e ações, mesmo considerada a margem de autonomia que a ação política necessariamente carrega, pois os sujeitos políticos atuam tendo à frente de si um “elenco de possibilidades”, relativamente imprevisíveis e incontroláveis (MACIEL, 2012, p. 31).

Não intencionamos somente por analisar o partido em suas disputas internas, mas relacionar a própria construção partidária, com seus acidentes e incidentes internos, articulados com os acontecimentos que marcavam a sociedade brasileira, os reordenamentos e conflitos entre as classes sociais. Próximo do entendimento de Gramsci (2000, p.87) sobre como estudar um partido:

O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política?[...] A moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente. Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens [...]. Mas será que essa massa é constituída apenas pelos adeptos do partido? [...] será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e a parte mais avançada.

Temos o objetivo de contribuir, no campo da História Política e Social do Brasil, para ajudar a entender o PCB com suas práticas sócio-culturais e enquanto movimento social que está inserido em relações de poder as quais se desdobram internamente e fundamentalmente em relação à sociedade. Aproximamo-nos, então, também da compreensão de Florestan Fernandes (1982, p. 41) ao pensar em como lidar com as relações entre classe e poder através dos partidos:

Como formação de superestrutura, a forma de manifestação, de reprodução e de transformação dos partidos delimita as determinações extrapartidárias que devem ser consideradas (inclusive as econômicas) e, ao mesmo tempo, indica a importância do elemento político (no caso, os partidos) para o equilíbrio ou transformação da economia e da sociedade.

Nesse sentido, é importante abordar a identidade política do PCB em disputa através do jornal partidário: os militantes com ideias próximas às defendidas pelos partidos comunistas da Itália e da França, que queriam um PCB afastado da União Soviética e próximo dos liberais; os sindicalistas que se empenharam pela construção da CUT – Central Única dos Trabalhadores, ao lado do sindicalismo mais combativo, e que apostavam em uma maior radicalização das lutas sociais, e a maioria da direção nacional que ia até as últimas consequências para afirmar o compromisso do PCB com a “nação e a democracia”. Também abordar como o PCB, através de seu jornal, tratou as seguintes questões: do poder político-partidário em relação ao poder político-institucional; das relações de poder e tensão entre a realidade partidária local e as diretrizes oriundas da União Soviética.

Podemos então avançar no debate de um aspecto do processo político do país, da inserção e influência político-partidária no processo de redemocratização, o que está inserido na discussão sobre práticas políticas, pois implica em mudança social e política. A política de uma sociedade não é um mero elemento passivo do processo histórico, mas parte importante da disputa por hegemonia na sociedade. Entendemos por disputa de hegemonia não somente a busca por maioria parlamentar ou por maioria nos processos decisórios de uma sociedade, mas uma série de relações e interações

que perpassam pela sociedade, seus grupos e aparelhos constituídos. Buscamos, assim, conceituar a disputa por hegemonia na visão gramsciana, isto é, nos mínimos detalhes de uma construção social: uma disputa por hegemonia que se dá nas escolas, nas igrejas, no serviço militar e na relação familiar buscando alcançar consenso. Por “consenso”, temos como referência, para este trabalho, o entendimento de Gramsci (2000, p. 49-50) sobre o assunto, que o compreende como “a busca pela direção intelectual e moral da sociedade” por parte de um grupo social, a partir desse ponto podemos destacar a função do partido como instrumento que busca a hegemonia e o consenso.

Buscamos refletir e investigar um ator relevante durante o século XX, o PCB – Partido Comunista Brasileiro que, ligado umbilicalmente, durante a maior parte de sua trajetória, a uma tese nacional e democrática, oscilou entre combates que vislumbrassem uma maior centralidade da classe operária como sujeito da luta social, e em outros momentos focou-se em perspectivas pluriclassistas de viés reformista.

O período trabalhado tem como recorte inicial o final do ano de 1979, com a reinserção do PCB na vida política brasileira de maneira explícita, o que não representava uma atuação reconhecida institucionalmente. Escolhemos como marco do retorno do PCB à arena política brasileira a publicação de um novo órgão central de comunicação do partido, o jornal semanal *Voz da Unidade*, em junho daquele ano. Tal recorte, guiado pelas páginas referido jornal, estende-se até o ano de 1985, mais precisamente no mês de maio, quando o partido consegue o seu registro e legalidade. O período abordado coincide com o retorno ao Brasil dos militantes exiliados pela ditadura militar, com a eclosão de grandes mobilizações sociais e operárias, e com o último período do regime militar e as eleições indiretas para presidente, no ano de 1985. Nossa investigação perpassa todos esses processos de transformações sociais que estiveram presentes em um período conhecido como de redemocratização brasileira.

Nossa fonte privilegiada para fazermos essa análise é o jornal *Voz da Unidade*, informativo que surge em 1980, com o retorno dos dirigentes do PCB que estavam exilados, e coincide com a saída da maior liderança do partido, Luiz Carlos Prestes. De 1980 a 1985, o jornal coloca-se como instrumento político e ao mesmo tempo uma espécie de vitrine onde se percebe o aprofundamento da política nacional e democrática do partido à época. Isso, porque através dele o partido busca tanto ampliar sua capacidade de interlocução com a sociedade, quanto acaba publicizando suas contradições e disputas internas, de uma maneira que os documentos oficiais não revelam por seu próprio caráter fechado, afirmativo e formal. Por isto, em nossa avaliação, as próprias dificuldades que o jornal encontrará para falar à classe operária e a um público mais amplo de “nacionalistas e democratas” refletem o descompasso entre a linha política do partido e a realidade de acirramento dos conflitos de classe e reconfiguração do Estado. Nas páginas do jornal, encontraremos elementos dos conflitos internos partidários em relação com os processos de auto-reforma da autocracia

burguesa, através de entrevistas, artigos, documentos, cartas dos leitores, notícias acerca das movimentações de classe e suas organizações, e ainda opiniões de atores que não eram do PCB, que vão desde ativistas do movimento social até representantes da burguesia e do Estado.

Alguns conceitos servem de aporte para essa investigação. Assim, trabalhamos com a perspectiva de que a conformação e reorganização do PCB, no período recortado, estarão integradas a uma lógica de transformismo. Tal conceito é utilizado pelo historiador David Maciel (2012, p.59) ao abordar seu impacto sobre o processo de redemocratização no Brasil, partindo de leituras gramscianas, para afirmar que

[...] se manifesta em situações históricas em que as forças oponentes são decapitadas e/ou absorvidas pelo Estado e pelas forças dominantes em determinado processo de mudança histórica regido pelo “método das modificações moleculares”, o método da revolução passiva ou revolução restauração; de modo que seu antagonismo fica esvaziado, ou até mesmo, anulado. Este processo pode se dar de forma “molecular”, ou ampliada.

O transformismo pode absorver molecularmente lideranças das classes subalternas ou mesmo grupos políticos inteiros, deslocando-os da defesa de sua classe para o espectro da classe dominante, que foi a hipótese com a qual trabalhamos acerca do PCB: enquanto partido, percebemos que foi apreendido pela lógica institucional da classe dominante. Do ponto de vista do transformismo molecular, vemos tal ação dentro do PCB ao observar a trajetória de quadros políticos como Luiz Antonio de Medeiros, liderança sindical que sai do partido para atuar no chamado sindicalismo de resultados, de conciliação com os patrões ou com o Estado. Porém, nosso foco principal é acerca do PCB inserido em um transformismo de tipo ampliado, que atingiu a organização como um todo, um transformismo “que permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, anulando, porém, progressivamente seu caráter contra hegemônico, sem necessariamente, decapitá-los” (MACIEL, 2004, p.289).

Tal processo é uma característica do que Gramsci (2000, p. 317) chamou de Revolução Passiva, como processos de mudança histórica pautados em “modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações”, na qual se opera a modernização capitalista de um país em moldes conservadores, apassivando e absorvendo os elementos de ruptura. O mesmo é utilizado aqui para “entender o processo de mudança histórica operado na passagem da Ditadura Militar à Nova República” (MACIEL, 2012, p. 47). Tal conceito é utilizado por Gramsci para pensar a mudança de um estágio a outro na conformação do Estado Burguês italiano no início do século XX, com a unificação da Itália e ascensão do fascismo no país, operação que se realiza de maneira conservadora, sem ruptura com velhas estruturas agrárias e excluindo qualquer participação das classes subalternas. Para além de contribuir somente para pensar a especificidade da transição

na forma de dominação e produção capitalista do Estado Italiano, o autor discute a transição de um Estado de tipo Oriental (de capitalismo pouco desenvolvido) para um Estado de tipo Ocidental (de capitalismo desenvolvido e complexo tanto no Estado como na Sociedade Civil), onde as relações capitalistas se generalizam e conformam o modo de produzir a existência como um todo (MACIEL, 2004, p. 273-298). Sobre o movimento de revolução passiva, percebemos que se muda a forma de dominação, mas se mantém a substância:

Nestes processos de mudança, o elemento revolução convive com a atualização do elemento restauração, numa espécie de “dialética mutilada” em que a perspectiva ruptura é “passivizada”, “domesticada”, em favor da composição instável da continuidade (MACIEL, 2012, p.48).

Segundo Maciel (2004), no período de distensão e reforma da autocracia burguesa no Brasil (1979-1989), a estratégia burguesa de manutenção da ordem capitalista e resolução da crise de acumulação passava obrigatoriamente pela necessidade de subordinar os trabalhadores e suas organizações de classe. O conceito de autocracia burguesa trabalhado a partir da obra de Florestan Fernandes (2006), outro autor que nos serve de referência neste trabalho, diz respeito a particularidades de uma classe dominante em um país como o Brasil, de modernização conservadora e hiper tardia onde a

extrema concentração social da riqueza, drenagem para fora de grande parte do excedente nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer em direção puramente regressiva) (FERNANDES, 2006, p. 341).

E frente a tal situação em nosso país

[c]riaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação com o fascismo e com expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 2006, p. 341).

Dentro desse intento, no referido período histórico “[a] burguesia pode atuar no sentido de isolar, eliminar ou cooptar outros atores políticos que se oponham à sua dominação e a coloquem em crise” (MACIEL, 2004, p. 283).

A contradição objetiva entre capital e trabalho, com a necessidade de manter previsões estáveis de lucro, superexploração e mão de obra com preço rebaixado dará a tônica das movimentações da classe dominante e suas frações, em que o central será “manter os trabalhadores em uma posição de passividade”. Frente a uma conjuntura onde, nas décadas de 1970, em sua metade final, e 1980, apresenta-se um processo de crise conjuntural que evolui para uma crise de hegemonia (MACIEL, 2004, p. 28-29), onde a crise econômica cria dificuldades para manutenção do equilíbrio político anterior entre o bloco dominante, junto a uma ascensão de movimentos reivindicativos e contestatórios da classe operária, resta “... às classes dominantes a opção por uma estratégia de passivização do conflito que mantivesse o processo de transformação sob seu controle” (MACIEL, 2004, p. 285).

É dentro desse contexto de revolução passiva, de crise de hegemonia do bloco dominante e da atuação da classe dominante sob prisma do transformismo é que procuramos perceber como a reorganização do PCB está relacionada com um “processo de reposição da dominação e da manutenção da ordem em novas bases” (MACIEL, 2004, p. 287).

David Maciel, a partir de sua aplicação do conceito de transformismo ao momento de redemocratização no Brasil, dá-nos elementos para analisar a mudança histórica que faz o PCB deixar de ser um partido que se contrapõe à ordem dominante para se tornar um partido amoldado à ordem. A articulação desses referenciais teóricos problematizados em conjunto com a análise das matérias veiculadas no *Voz da Unidade*, e em relação com às teses congressuais e entrevistas, dão-nos os limites, possibilidades, encontros e desencontros dessa assertiva.

São levantadas hipóteses, por vários atores que estiveram envolvidos neste processo e que eram ligados às diferentes correntes de opinião que então disputavam os rumos do partido, sobre como se dá o avanço do PCB rumo às teses democráticas e nacionais e a um processo de transformismo para se tornar um partido “como qualquer outro”. O que nos leva a um PCB frágil, do ponto de vista orgânico e, por outro lado, extremamente respeitado no campo da institucionalidade.

Nosso intuito é, portanto, mapear razões e processos, internos e externos, que levam o PCB a um sucesso institucional e, ao mesmo tempo, a uma decrescente influência nos movimentos e ações das classes subalternas. Os fatores que influíram com maior força para esse processo são elencados e problematizados, passando pelas relações com o Movimento Comunista Internacional, a tradição marxista-leninista e a forma de organizar o partido, que viriam a ser decisivos, por exemplo, no rompimento com o PCB por parte dos militantes chamados renovadores, que comungavam das ideias comunistas dos países do centro da Europa. Investigamos a forma como o partido conseguia ler a realidade de modernização capitalista conservadora brasileira e como o PCB é absorvido para o campo da ordem através de uma revolução passiva. Averiguamos, ainda, de que

forma o taticismo e politicismo² sem grandes reflexões, a política da razão prática, a busca por ocupar espaços na institucionalidade a qualquer custo, influíram no caráter do partido.

A partir de matérias exemplares do jornal *Voz da Unidade*, investigamos o peso e a influência de cada um desses fatores na conformação desse PCB renovado que se apresenta à sociedade legalizado em 1985.

Segundo o sociólogo Raimundo Santos, militante do PCB durante toda a década de 1980, e reconhecido pela adesão às teses eurocomunistas, o partido é conduzido muito mais por uma política da razão prática, por um estaticismo, do que por movimentos e/ou esforços de reflexão mais profunda (SANTOS, 1992, p. 16). Tal movimento viria sendo conduzido pela maioria, de um centro pragmático, que se formava desde o final dos anos 70, com a recomposição do Comitê Central, com a saída de Prestes e também de parte dos eurocomunistas. Em artigo de José Antônio Segatto e Raimundo Santos (2007, p. 39), os autores afirmam que “no Brasil, o PCB havia vivido mais o mundo empírico e da política” onde a luta pelas liberdades foi a passagem que teria afirmado a justa trajetória do reformismo pluriclassista, “esse caminho não fora construído orientado por uma dissertação sobre a formação social brasileira” e sim pelas demandas dos enfrentamentos cotidianos. Tais reflexões são confrontadas com os discursos, teses e resoluções que acabariam por influir de maneira sistematizada na prática da organização e seus militantes. A preocupação em dar uma justificativa teórica, mesmo que analisemos a mesma como equivocada, é presença marcante na atuação do PCB no período recortado. A pesquisa não nos levou a perceber somente um oportunismo de uma militância sem referenciais e reflexões teóricas, por mais que os equívocos teóricos e absorção à ordem da classe dominante fossem galvanizando espaços cada vez maiores para esse tipo de prática.

Através das matérias do *Voz da Unidade*, investigamos de que maneira o PCB, entre 1980 e 1985, lidava com questões latentes, como a dúbia relação entre a aposta na institucionalidade e sua atuação no movimento social, dilema entre propor um diálogo com toda a nação mas ainda sustentar símbolos e uma tradição de partido da classe operária.

A chamada “teoria consagrada”, a tese nacional e democrática, sustentáculo da prática pecebista, desenvolveu-se influenciando nos rumos da organização, a linha política do PCB, no período recortado, é tributária das formulações que vislumbravam a necessidade de um projeto de capitalismo autônomo em uma primeira etapa para depois se efetivar a decisiva etapa socialista da revolução brasileira.

² Segundo definição de Chasin (2000, p. 09), “[a] autonomização do político e sua conseqüente hiperacentuação é, de fato, seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua potência e eficácia. De todo modo, a politicização da totalidade pelo discurso é pelo menos um grosseiro gesto simplificador que, no mínimo, desconhece, desrespeita e/ou elimina a qualidade própria das demais componentes que integram a totalidade”.

Quando optamos por trabalhar tendo como fonte o jornal partidário se faz necessário apresentar a particularidade do semanário *Voz da Unidade*, uma fonte distinta, o jornal de partido: a especificidade de um jornal para os comunistas em seu momento de crise, onde o informativo tinha que dar respostas permanentes às diversas posições que se afirmavam internamente, tentar se fazer amálgama, de alguma maneira, das diversas posições internas, porém sem deixar de afirmar a posição do grupo majoritário – o que aqui chamamos de “Centro Pragmático”, por se perfazer a maioria da Direção Nacional – sempre se equilibrando entre posturas e grupos à direita e à esquerda. Para além das disputas internas, o PCB, através do jornal, também tinha que se posicionar frente às mudanças e conflitos da sociedade, processo de distensão da ditadura, greves e novos atores no cenário político.

Analisamos os impactos do rompimento do maior líder da história do partido, Luiz Carlos Prestes. Tivemos nesse caso uma saída à esquerda, que apontava a necessidade de revisão das teses congressuais de 1967, e uma frente democrática hegemônica pelas forças de esquerda para por fim à Ditadura Militar. Nesse momento, coloca-se em questão também o papel de um líder carismático, o culto à personalidade, os posicionamentos internacionais do partido e, fundamentalmente, o papel da democracia para um partido comunista.

Em seguida, ao analisarmos o período entre 1980 e 1982, com o afastamento do então secretário geral do partido, Luiz Carlos Prestes, observamos um PCB que precisava afirmar-se frente ao processo de distensão política-militar que estava em curso. A reorganização partidária se dá a partir da atuação nas frentes de mobilização social e no espectro da institucionalidade. O partido já não era a principal referência de esquerda do país, teria de enfrentar o surgimento do PT – Partido dos Trabalhadores, e de um novo sindicalismo. Abordamos as relações com o PT, e os resultados que essa nova concorrência traziam ao PCB.

Nesse mesmo período, ocorre um debate interno de grandes proporções, enfrentamento da maioria da direção nacional com o grupo chamado de renovador, que reivindicava o papel estratégico da democracia, um compromisso histórico com os liberais em busca da democratização progressiva da sociedade e uma visão mais crítica em relação à União Soviética. Tal enfrentamento resultou na saída desses militantes, mas não sem antes realizarem um profundo processo de discussão interna, o que fez com que as posições teóricas do partido tivessem que se apresentar com mais clareza.

Observamos também como o PCB portou-se no referido período em relação às greves e mobilizações sociais. Qual o resultado prático da manutenção da política de frente única e de “compromisso histórico com os democratas” na relação do partido com a classe trabalhadora. A posição do PCB no campo sindical era subordinada à sua política mais geral de privilegiar a institucionalidade e as frentes pluriclassistas para garantir a transição democrática. Portanto, o

partido tinha ressalvas com os setores do campo sindical que defendiam uma frente de esquerda, como as diversas correntes do Partido dos Trabalhadores que fundaram a CUT – Central Única dos Trabalhadores, e receio de movimentações sindicais que pudessem causar a desestabilização do regime da transição. Tal política levava o PCB a optar por atuar no campo da Unidade Sindical³ ao lado de históricos dirigentes do sindicalismo chamado pelego e “de resultados” por ser atrelado ao Estado e aos patrões, como Joaquinção⁴, e o resultado disso para seu movimento de base era trágico, esvaziando cada vez mais a influência do partido nesse campo.

Outro enfoque abordado, por onde investigamos a relação do PCB com a nova institucionalidade, foi sua posição em relação às eleições de 1982. Dentro da estratégia e tática do partido naquele momento, a eleição de candidatos da Frente Democrática, no caso em específico do PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira, seria crucial para o projeto de redemocratização e também para que o partido retomasse sua influência junto à sociedade, priorizando a ação institucional como espaço privilegiado de luta pela democracia. Fazer do PCB um partido de massas passava por uma boa representação eleitoral, e eleição de candidatos dentro da legenda do PMDB.

Percebe-se que, gradativamente, o partido vai abrindo mão de posições históricas na ânsia de cumprir um papel institucional que se coadune com a perspectiva estratégica e tática em curso.

No período seguinte, entre 1983 e 1985, o PCB dá os passos decisivos rumo à sua legalização e para o apaziguamento das divergências internas. Nesse período, o movimento sindical acabou por cindir-se em duas vertentes de organização, uma em torno da CUT – Central Única dos Trabalhadores e outra em torno da CONCLAT – Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras, e o PCB deixava cada vez mais claro seu papel em defesa da contenção das lutas que pudessem contribuir para um retrocesso na transição democrática.

Se destaca nesse período também a última defecção partidária de grande peso, que foi a saída dos renovadores comunistas do principal estado da federação, São Paulo, e as críticas explícitas que esse processo trouxe à tona. Muitas das formulações apontadas pelos militantes que saem do partido, nessa cisão dos renovadores do ano de 1983, acabam sendo assimiladas no congresso do partido que se finaliza em 1984. A conclusão do VII Congresso Partidário e suas resoluções por nome de “Uma alternativa democrática pra a crise brasileira” dão a dimensão das interpretações do partido sobre a realidade brasileira, as tentativas de incorporar reflexões mais

³ “Unidade Sindical” era a corrente de atuação que agregava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical (muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo) e os militantes de setores da esquerda dita “tradicional”, tais como o PCB – Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (ANTUNES & SANTANA, 2007, p. 391).

⁴Joaquim dos Santos Andrade, “Joaquinção”, é considerado pelego por ter sido nomeado como interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo logo após o golpe civil-militar de 1964 (ALMEIDA, 2011, p. 139).

atualizadas sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e ainda a manutenção de teses desgastadas e superadas para sua estratégia de via para o socialismo e uma democracia de massas.

Nesse período, ocorre a campanha por eleições diretas para presidente no Brasil e a derrota de tal proposta encadeando, em seguida, as eleições por via indireta. As posições e ações do PCB frente a esses dois acontecimentos demonstram a dinâmica de incorporação da organização ao projeto de auto-reforma da classe dominante e o politicismo que tomou conta da prática pecebista.

Por fim ocorre a campanha pela legalidade do PCB, que ocorre de maneira integrada à política de frente ampla com os liberais e submetida a uma lógica da institucionalidade.

Concluimos sinteticamente que o processo de reorganização do PCB, em 1979, até a conquista da sua legalidade, em 1985, se desenvolve com o partido se integrando ao projeto de auto-reforma do regime, proposto e conduzido pelas classes dominantes, e que isso irá influir na própria conformação do PCB que se apresenta legalizado à sociedade em 1985.

O fato é que “O partido que sempre teve na questão da democracia o eixo de sua estratégia e tática para a construção do processo de transição ao socialismo” (MAZZEO, 1999, p. 07), encontra-se em profunda crise ideológica e organizativa no período que engloba de sua reorganização até a conquista da legalidade, tudo isso em meio ao processo de redemocratização e distensão da ditadura militar.

O partido que se agarrou a uma tática de frente ampla para derrotar a ditadura, passou a circundar na órbita do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) e entrou em profunda crise interna ao não saber lidar com a substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrático-liberal (MACIEL, 2004, p. 21-26). O PCB veio, então, a integrar-se como um “partido da ordem”, no sentido de garantir a sua legalidade, e acabou servindo muito bem ao projeto de “revolução passiva” e distensionamento na conformação de um Estado Autocrático, combinado com formas democrático-liberais (MACIEL, 2004, p. 21-26).

Ao estudarmos o processo de consolidação do PCB, com o retorno de sua atuação política aberta no Brasil, em 1979, até a conquista do seu registro legal em 1985, percebemos a conformação de uma organização que, ao mesmo tempo em que atinge um patamar de respeitabilidade no campo institucional, vê sua inserção junto aos movimentos de massa e à classe que se propunha representar, a classe operária, decrescer.

Ao contrário da bibliografia que pressupõe um PCB mais fraco⁵ unicamente pelo dilema entre optar pela democracia como expediente tático ou estratégico, ou entre priorizar a organização das massas ou a via institucional, o que podemos perceber é que o partido debilita-se junto à classe trabalhadora por se descolar das demandas da própria classe a que se propõe representar, submetido

⁵ Brandão (1997), Santos (1992), Silva (2005).

a um processo de transformismo e absorção pelo projeto de auto-reforma da autocracia burguesa. Somado a isso, está uma interpretação ultrapassada sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que ainda enxergava aspectos de capitalismo incompleto a serem equacionados através de um reformismo pluriclassista, gerando tarefas em comum que deveriam ser realizadas por classes antagônicas. Tal leitura da realidade serviu para desgastar o partido junto aos trabalhadores, mas fortaleceu o respaldo institucional do partido junto ao campo liberal burguês, fazendo do partido, e de várias de suas lideranças, referenciais na elaboração programática e intervenção política da Frente Democrática, depois Aliança Liberal.

Observamos, de um lado, uma priorização da ação institucional, o que já afastava o partido da possibilidade de estar mais arraigado à classe operária e ali aprender com essa classe, rever seus erros. Por outro lado, uma política de contenção das lutas sociais jogava fora todo prestígio alcançado pelo PCB no período de combate à ditadura. O PCB com essa linha política afastou diversos elementos classistas que poderiam ter se aproximado do partido.

Podemos perceber então que o PCB pequeno e desenraizado das lutas sociais que se apresenta à luz da legalidade em 1985 faz-se assim justamente por radicalizar a política democrática, e não o seu contrário, como tentam justificar autores como Luiz Werneck Viana ou Raimundo Santos. Encontramos tal opinião também no pesquisador Fabricio Silva (2005, p.159):

A legalidade apresentou para a sociedade o PCB em seu tamanho real: um partido enfraquecido, pequeno e com profundas dificuldades organizativas, “depurado” de seus setores mais pujantes, organizado à moda militarista e burocratizada numa sociedade que pedia dinamismo, pluralidade, descentralização e compromisso radical com a democracia.

O PCB fragiliza-se por eleger falsos problemas como sendo seus objetivos principais, em uma lógica de compreensão da democracia como valor universal e não como valor de classe; por se render ao politicismo advindo dessa linha política, fazendo com que o partido perdesse espaço para o PT junto à classe operária. Ao abrir mão da centralidade operária, eleger falsos aliados e priorizar o campo institucional, o PCB pavimentava o caminho de seu desenraizamento social.

Neste momento histórico em que o PT – Partido dos Trabalhadores, chegando a 12 anos de governo de coalisão com a burguesia, abandona qualquer perspectiva socialista, assume um perfil de centro-direita, com um programa econômico que privilegia os monopólios capitalistas do campo, as grandes empreiteiras e o capital bancário (que lucrou mais nos governos petistas do que nos governos neo-liberais anteriores) é necessário que se atualizem as pesquisas sobre o papel dos partidos políticos e, em especial, aqueles que tem origem junto à classe trabalhadora.

Em uma conjuntura onde alguns intelectuais, com uma trajetória de esquerda, como Emir Sader e Valter Pomar⁶, reivindicam que as forças de esquerda apoiem o governo petista, chamando o “voto útil no PT” – pois esse seria um governo que garante um pacto social com benefícios à classe trabalhadora e que as manifestações contra o governo poderiam provocar a eleição do campo político neo-liberal, provocando um retrocesso – é de grande valor o estudo da trajetória do PCB, que também reproduziu o discurso do pacto social e uma política de contenção das lutas sociais para evitar um “retrocesso maior”.

Nessa conjuntura, a posição desses intelectuais e de setores do PT assemelha-se às posições do PCB na década de 1980, que conclamava o “voto útil no PMDB”, e condenava as posições de independência de classe de PT e PDT, com suas candidaturas próprias e ações de enfrentamento de classe nas lutas sociais. Segundo o PCB, as posturas autônomas de classe e acirramento dos conflitos poderiam enfraquecer o PMDB e a frente democrática, alimentando o risco de retorno da Ditadura. A experiência histórica demonstrou como foi prejudicial a propositura do PCB ao propor que os trabalhadores se desarmassem e perdessem sua independência como classe – que o digam os momentos onde a classe não esteve organizada o bastante para barrar o processo de auto-reforma do regime nos moldes burgueses. Um dos resultados foi o próprio processo de desagregação e enfraquecimento do PCB, a perda de força de uma ferramenta que a classe operária brasileira havia forjado e que, nos anos 1980, assimilava-se definitivamente à ordem.

O estudo desse processo de desagregação do PCB, sua assimilação à ordem, ao processo de transformismo e revolução passiva orquestrados pelo regime, o impacto da manutenção de uma estratégia nacional e democrática que levava a uma tática política pluriclassista, colocam-se aqui como elementos que pretendem contribuir para que a história não se repita como farsa, para termos mais diagnósticos dos erros históricos que os trabalhadores e suas organizações já cometeram, e que a classe trabalhadora possa sempre estar aprendendo com seus erros.

⁶ Tais opiniões são explicitadas em Emir Sader no artigo “Não é a copa imbecil, são as eleições” (Blog da Boitempo, publicado em 05.06.2014) e em Valter Pomar pode ser visto no artigo “Nem todo “escravo” tem a mentalidade da “casa grande” (Blog da Boitempo, publicado em 18/06/2014).

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil, 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANTUNES, Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960 – vol.6*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 375-410.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista, 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CHASIN, José. A “Politicização” da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico. In: *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Pp. 7-36. Santo André(SP): Estudos e edições Ad Hominem, 2000a.

FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

_____. A Ditadura em Questão. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Vol. 2. Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACIEL, David. A argamassa da ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

_____. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo, Alameda/Goiânia: Funape, 2012.

MAZZEO, Antônio C. Sinfonia Inacabada. SP, Boitempo, 1999.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. *Estratégias e táticas da revolução brasileira. Prestes versus o Comitê Central do PCB*. 2002. 391 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Campinas.

SILVA, Fabricio Pereira da. *Utopia Dividida: Crise e extinção do PCB (1979-1992)*. 168 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

SANTOS Raimundo. O Pecebismo inconcluso. RJ, Universidade Rural, 1992.